

## **VOLATILIDADE ELEITORAL E SISTEMA PARTIDÁRIO: EM BUSCA DE UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA<sup>1</sup>**

**Sergio Simoni Junior<sup>2</sup>**

**Resumo:** As análises correntes tendem a atribuir as causas da volatilidade eleitoral aos eleitores de baixa capacidade cognitiva e a partidos políticos inconsistentes. Proponho uma abordagem alternativa, ressaltando teoricamente que o comportamento volátil pode ser uma decisão eleitoral racional e que partidos alteram a oferta de candidaturas de forma estratégica. Do ponto de vista empírico, analiso os resultados eleitorais em São Paulo nas eleições para cargos do Executivo, nos anos de 1982 a 2014, verificando se a volatilidade se correlaciona com a escolaridade do eleitorado ao nível das urnas. Os resultados mostram que a volatilidade é causada, em grande medida, por estratégias dos partidos políticos, não se devendo a debilidades do sistema partidário. Além disso, o comportamento flutuante não é atributo de nenhum tipo social específico de eleitor e, portanto, não pode ser imputado aos menos instruídos.

**Palavras chave:** volatilidade eleitoral, institucionalização do sistema partidário, comportamento eleitoral, São Paulo

*Recebido em: 08/09/2019*

*Aceito em: 15/12/2019*

---

<sup>1</sup> Este artigo atualiza e tem como base a dissertação de mestrado "Flutuação eleitoral e Sistema Partidário: o Caso de São Paulo", defendida no DCP/USP com financiamento FAPESP 2009/03532-8. Agradeço a Fernando Limongi, Paolo Ricci, Yan Carreirão, Maria do Socorro Sousa Braga, Tiago Borges, Gustavo Venturi, Rogério Arantes, Lara Mesquita, Andreza Davidian, Patrick Silva, Ricardo Ribeiro, Thiago Silva e Lucas Petroni pelos comentários a versões prévias

<sup>2</sup> Professor adjunto do Departamento de Ciência Política da UFRGS. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. E-mail: sergiojr\_ssj@yahoo.com.br

## **ELECTORAL VOLATILITY AND PARTY SYSTEM: IN SEARCH OF AN ALTERNATIVE APPROACH**

**Abstract:** Current analyzes tend to impute electoral volatility causes to electors of lower cognitive capacity and to weak political parties. I offer an alternative approach, emphasizing theoretically that volatile behavior can be a rational electoral decision and that parties strategically change the offering of electoral nominations. Empirically, I analyze results from São Paulo executive elections between 1982 and 2014, examining whether the electoral volatility correlates with electorate schooling at ballot station level. Results show that volatility is largely caused by parties' strategies, not revealing a weak party system. Moreover, volatile behavior is not an attribute of a specific social type and, therefore, can not be imputed to less educated electors.

**Keywords:** electoral volatility; party system institutionalization; electoral behavior; São Paulo

## Introdução

A representação eleitoral e a competição partidária estão no cerne do regime democrático contemporâneo. As propriedades e características da relação entre partidos e eleitores são objeto central de estudo da Ciência Política e um dos conceitos e indicadores básicos formulados para a compreensão dessa dinâmica é a volatilidade eleitoral. Este indicador, elaborado inicialmente por Pedersen (1979), refere-se ao grau de estabilidade da relação partido-eleitor no tempo, e é, de acordo com Taagepera e Grofman (2003), uma das medidas mais empregadas e consensuais na Ciência Política.

A temática da volatilidade eleitoral emerge e ganha força particularmente nos estudos sobre o cenário europeu dos anos 1970, ligando-se a questões sobre as relações entre partidos e classes sociais, tipo e natureza dos partidos, ideologia e representação. A questão que mobilizava a literatura naquele momento era verificar o possível desalinhamento que estaria ocorrendo entre os partidos e suas bases sociais, outrora vistos como articulados por meio das clivagens sociais (Pedersen, 1979).

O outro debate no qual o índice de volatilidade é central, e no qual este texto se insere, são os estudos sobre a democracia nos países da chamada "terceira onda de democratização", notadamente dentro da perspectiva geral acerca da "institucionalização do sistema partidário". Pode-se dizer que o ponto nevrálgico, nessa perspectiva teórica, assume caráter inverso da formulação original: tratava-se de saber se os partidos e o sistema partidário lograriam se institucionalizar e, dessa forma, segundo as principais formulações, concorrer para a consolidação das novas democracias (Mainwaring e Scully, 1994; Mainwaring e Torcal, 2006; Mainwaring e Zoco, 2007).

A aplicação original do conceito e do índice de volatilidade eleitoral em países de democracia recente dá-se sob o esteio das teorias de modernização e de desenvolvimento político (Huntington, 1975; Sartori, 1968), que buscam ressaltar a importância de um arcabouço institucional adequado para lidar com a estrutura social vista de modo geral como avessa a um regime democrático estável. Mais especificamente, para o debate que aqui se trava, essa abordagem ressalta a importância de mecanismos institucionais que permitiriam neutralizar o comportamento errático e sem vínculos partidários de grande parte do eleitorado.

Essas questões balizam as principais análises sobre as características e a trajetória do sistema partidário brasileiro, caso considerado típico na literatura como um país com baixo grau de institucionalização do sistema partidário, e conseqüentemente, de débil performance democrática (Mainwaring, 1999).

Muito já se avançou no debate sobre a volatilidade eleitoral e sobre a institucionalização do sistema partidário de novas democracias. Alguns trabalhos elaboraram críticas lógicas, empíricas e metodológicas ao índice formulado por Pedersen (1979) (Bartolini e Mair, 1990; Powell e Tucker, 2014); outros criticaram o conceito de institucionalização de Mainwaring (Peres, 2013; Luna e Altman, 2011; Zucco, 2015; Casal Bertoa, 2017); e o próprio caso brasileiro é objeto

constante de novas avaliações e diagnósticos (Peres et al., 2011; Tarouco, 2010; Braga, 2010; Zucco, 2015; Carreirão, 2014; Vásquez e Archer, 2019).

No entanto, algumas dimensões centrais que perpassam o conceito e mensuração de volatilidade eleitoral ainda carecem de maior aprofundamento, e serão exploradas neste artigo. O termo “volatilidade eleitoral” faz referência: (i) ao grau de instabilidade dos sistemas partidários e dos resultados eleitorais; e (ii) à fraqueza individual dos partidos e ao comportamento errático de eleitores sem afinidades partidárias. Logo, expressa tanto uma dimensão macro/sistêmica, quanto micro/individual de partidos e de eleitores (Lane e Ersson, 1997; Bartolini e Mair, 1990). Essa é uma distinção que, embora importante para o entendimento do fenômeno, passa, de modo geral, despercebida na literatura.

O índice de volatilidade de Pedersen (1979) diz respeito apenas à dimensão macro/sistêmica<sup>3</sup>. Seus resultados não permitem verificar o perfil social de eleitores mais voláteis, nem jogam luz sobre a força e estratégia de partidos individualmente. Ou seja, o *índice* de volatilidade de Pedersen (1979) não traz informações sobre a dimensão micro/individual do *conceito* de volatilidade.

No entanto, como procurarei expor, as conclusões e avaliações de análises que utilizam o índice de volatilidade pressupõem teorias e visões sobre esta dimensão. O comportamento volátil é de modo geral atribuído a pessoas com frágil ligação com os partidos, com imagens toscas do mundo político, de baixa “sofisticação” política. Esse tipo de eleitor seria irracional na expressão das suas preferências, e logo, inconstante e volúvel, prejudicando a consolidação do sistema partidário. Quanto aos partidos tomados individualmente, o suposto recai unicamente na sua dimensão de canais de representação de interesses da sociedade, grande parte caudatária da visão de partido de massas de Duverger (1987) e de partidos estruturados de Sartori (1982). Logo, nesta visão, alterações na oferta partidária entre pleitos são geralmente tidas como expressão da fragilidade do sistema partidário típica de novas democracias, fruto de constante criação, fusão, extinção de partidos e migração partidária (Tavits, 2008).

O presente artigo tem intenção de debater esses pontos teórica e empiricamente, elaborando novas análises. Para construir o argumento, do ponto de vista teórico, percorro caminho diverso ao usual da literatura. Ressalto as bases comportamentais que fundamentam a visão sobre o eleitor volátil. As teorias sociológicas e psicossociológicas do comportamento eleitoral enxergam o eleitor flutuante como desviante e como irracional. O próprio termo “volatilidade” carrega em si uma carga negativa e pejorativa. Sua origem é do mundo da química, e diz respeito à tendência ou facilidade de uma substância passar de seu estado líquido para o estado gasoso. No mundo político-eleitoral, isso conotaria um estado imprevisível e disfuncional.

Alternativamente, mostrarei que teorias inspiradas na teoria da escolha racional ressaltam que o comportamento volátil pode ser uma decisão racional por parte do eleitor. Além disso, esse arcabouço teórico também permite colocar no centro da equação o componente da entrada estratégica dos partidos. Assim, ainda que a alteração da oferta partidária implique, *per se*, o

---

<sup>3</sup> O mesmo se aplica ao índice de volatilidade ideológica, variante importante e também amplamente usada, proposto por Bartolini e Mair (1990).

aumento do índice de volatilidade eleitoral, não significa, necessariamente, fragilidade do quadro partidário.

Do ponto de vista empírico, utilizo os resultados eleitorais para o estado de São Paulo nas eleições para cargos do Executivo, ou seja, presidente, governador e prefeito, nos anos de 1982 a 2014, com foco no período pós-94. A ênfase da literatura na análise dos cargos legislativos perde de vista o fato de que a estrutura de incentivos gerada pelas instituições políticas brasileiras (Figueiredo e Limongi, 1999; Samuels e Shugart, 2016) confere prioridade às disputas para o Executivo (Lavareda, 1991). Além disso, os trabalhos que mensuram volatilidade para diversos cargos no Brasil mostram que o índice para cargos majoritários tende a ser superior aos cargos proporcionais (Bohn e Paiva, 2009; Carreirão, 2014; Melo, 2010), colocando em relevo a necessidade de mais estudos sobre essa dinâmica.

Este trabalho inova ao considerar três níveis de agregação dos dados. Estado para os casos de presidente e governador; município da capital no caso de prefeito; e seção eleitoral (urna). O recurso aos dados por seção permite, além de minimizar os efeitos da agregação de dados (falácia ecológica<sup>4</sup>), analisar a volatilidade eleitoral estratificada por um indicador socioeconômico, a saber, o nível de escolaridade extraído das urnas. Dessa forma, pode-se verificar se a flutuação eleitoral está relacionada a determinados perfis sociais.

Um estudo de caso tem suas limitações de validade externa, mas apresenta possibilidades de aprofundar nas dimensões explicativas contextuais (Gerring, 2004). No presente caso, permite analisar de modo pormenorizado o impacto na volatilidade advindo de alterações de curto-prazo na oferta partidária nas diferentes disputas para o executivo, mantendo o pano de fundo de longo prazo da dinâmica do sistema partidário nacional e local. Esse cálculo é feito decompondo o índice de volatilidade de Pedersen (1979) em duas variantes (Powell e Tucker, 2014): a volatilidade de votos de partidos constantes e a volatilidade de votos de partidos que não entraram em ambas as disputas nos pares de eleições analisados. Assim, a proposta aqui segue a recomendação de Bohn e Paiva (2009: 205) de que "cabe-nos analisar o quanto as mudanças na oferta eleitoral afetam a volatilidade eleitoral".

Os resultados mostram que a volatilidade eleitoral é causada, em grande medida, por estratégias dos partidos políticos, ao decidirem pelo lançamento e retirada de candidaturas, não se devendo, necessariamente, a debilidades do sistema partidário. Além disso, a análise por níveis educacionais das urnas revela que o comportamento flutuante não está ligado a nenhum tipo social específico de eleitor e, portanto, não pode ser atribuído aos cidadãos menos instruídos.

Logo, do ponto de vista geral, a proposta deste texto consiste em matizar a perspectiva segundo a qual índices de volatilidade elevados demonstrariam necessariamente um sistema partidário de baixa institucionalização e débeis de canais de representação. Antes, coloca em relevo a importância de pensar esse indicador dentro de uma perspectiva mais geral de

---

<sup>4</sup> Cabe notar, no entanto, que o uso de dados agregados não deve ser necessariamente tomado como *second-best* em comparação com dados individuais, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico. Para o debate na literatura sobre volatilidade, consultar Lane e Ersson (1997) e Bartolini e Mair (1990). Para uma discussão metodológica mais geral com aplicação para outra questão, ver Simoni Jr e Magalhães (2018).

competição eleitoral dinâmica, na qual partidos e eleitores podem mudar ou permanecer com suas estratégias de acordo com cálculos racionais.

## **1. Volatilidade e sistema partidário – o debate europeu original<sup>5</sup> e sua aplicação na América Latina e Brasil**

O debate sobre a volatilidade eleitoral emerge a partir da visão formulada por Lipset e Rokkan no final dos anos 60 (1990 [1967]). Os autores realizaram uma análise da competição política europeia numa perspectiva macro-histórica, relacionando a emergência dos partidos e dos sistemas partidários a conflitos sociais de grande porte. Nessa perspectiva, os partidos exerceriam papel de expressão, no plano das instituições políticas, das divisões que ocorrem na estrutura social, divisões essas conceituadas como clivagens sociais.

Lipset e Rokkan (1990) estabeleceram a famosa tese do “congelamento do sistema partidário”. Ela foi fruto da constatação de que, a partir dos anos 20 do século passado, o quadro partidário dos diferentes países europeus assumira um formato que perduraria até o momento em que os autores escreviam (anos 60). A leitura predominante que foi feita do argumento Lipset e Rokkan ressalta a estabilidade do apoio eleitoral dos principais partidos no tempo, fruto da forte penetração das agremiações na sociedade.

A tese de Lipset e Rokkan motivou a construção de indicadores para verificar tal fenômeno. Pedersen (1979) foi o responsável por formalizar o índice de volatilidade eleitoral (tanto é assim que muitos, e eu assim o farei, o denominam como índice de Pedersen), aplicando-o numa série temporal de casos europeus. Seus resultados indicam que de fato em alguns países os resultados eleitorais apresentam estabilidade, mas em outros a flutuação era crescente, matizando a hipótese do congelamento do sistema partidário e da força das clivagens sociais.

A partir de Pedersen (1979) erigiu-se um amplo conjunto de literatura destinado a debater o possível declínio da força dos partidos europeus e a possível disjunção entre o eleitorado e o sistema partidário, com elaborações de novos argumentos, testes e indicadores (Rose e Urwin, 1990; Crewe, 1983; Lane e Ersson, 1997; Bartolini e Mair, 1990).

Em síntese, pode-se dizer que em países europeus de democracia antiga o desenrolar do debate teórico sobre a volatilidade eleitoral diz respeito às discordâncias quanto ao papel dos partidos políticos na expressão de clivagens sociais. Outro é o uso do índice de volatilidade na literatura comparada em países de democracia recente

O debate sobre volatilidade eleitoral no Brasil de modo específico, e na América Latina de modo geral, emerge numa preocupação inversa quando de sua gênese no cenário do oeste europeu: trata-se agora de verificar a possibilidade de consolidação democrática, que, segundo a

---

<sup>5</sup> Ver Peres (2005) para uma revisão mais pormenorizada desse conjunto de literatura.

literatura, exige a *institucionalização* do sistema partidário, e, portanto, padrões estáveis de relacionamento entre eleitor e partido no tempo<sup>6</sup>.

Mainwaring, em diversos trabalhos com diferentes co-autores, foi o autor que colocou essa questão na ordem do dia, influenciando fortemente a política comparada voltada aos países de democracia recente. O conceito de volatilidade se encontra, nesse conjunto de literatura, conectado ao de institucionalização<sup>7</sup>. A principal fonte conceitual são as teorias de modernização e desenvolvimento político, notadamente as formulações de Huntington (1975). O autor elabora a visão segundo a qual sistemas políticos institucionalizados são aqueles que desenvolvem e atualizam suas estruturas analogamente à modernização socioeconômica, de modo que lhes seja possível responder às pressões e demandas sociais. A tensão subjacente é a de que as etapas iniciais da modernização e de desenvolvimento econômico e social quebrariam os laços primários de pertencimento e identidade dos indivíduos, sem que estes sejam substituídos imediatamente por outros, causando, no âmbito político, comportamentos imprevisíveis, desordenados e radicalizados.

O ponto central, portanto, está no grau e na rapidez em que ocorreriam os fenômenos da mobilização política, entendida esta como a incorporação das massas ao sistema político. O paradigma do desenvolvimento político argumenta que incrementos rápidos e massivos de inclusão e participação política levam a erosão dos padrões de interação política, ou seja, a processos de enfraquecimento das instituições. Numa perspectiva histórica e comparada, as teses de Huntington lançaram dúvidas sobre os processos de redemocratização e de ampliação dos direitos políticos: as instituições presentes poderiam não suportar as demandas e preferências dos ingressantes. O problema seria a um só tempo sociológico e institucional. Sociológico, porque diz respeito a processos de socialização e de padronização de interações sociais. Institucional, porque se volta sobre as estruturas e procedimentos das relações de poder.

Focalizando a discussão no comportamento eleitoral, a visão do desenvolvimento político deduz que as massas ingressantes no processo de escolha de dirigentes políticos teriam preferências instáveis, tendentes à radicalização, quebrando a estabilidade eleitoral de outrora. Isso porque essa mudança eleitoral é fruto tanto da inadequação do sistema social em transformação quanto da estrutura política. Aqui, e a passagem é importante, eleitor volátil é igualado a eleitor com tendência à radicalização.

Sartori (1968), em um dos seus textos sobre engenharia institucional, afirma que nos momentos de redemocratização, com expectativas elevadas e extensão dos direitos políticos, a massa da população, caracterizadas pelo autor como "illiterate and deprived" (Sartori, 1968: 277), deve ter seu comportamento político canalizado e fortemente delimitado por um sistema eleitoral e partidário "forte" (Sartori, 1986). Este adjetivo indica, aqui, a capacidade dessas instituições em influenciar as preferências e o comportamento dos eleitores.

Em trabalho clássico, Mainwaring e Scully (1994) lançam mão dos conceitos das teorias de desenvolvimento político para estudar os sistemas partidários na América Latina. Os autores

---

<sup>6</sup> Questões semelhantes são também levantadas para o contexto do leste-europeu. Ver, por exemplo, Tavits (2005).

<sup>7</sup> A referência dos parágrafos seguintes é Limongi (2002)

utilizam o índice de volatilidade, dentre outras evidências, para defender a tese de que os partidos latino-americanos são menos institucionalizados que os seus congêneres europeus. Os autores assinalam os perigos de tal sistema: propensão ao populismo e ao “pretorianismo” (um conceito de Huntington), déficit de *accountability*, legitimidade e governabilidade. Sobre o Brasil, os autores afirmam: “vários estudos sobre atitudes políticas e comportamento eleitoral no Brasil mostram que a maioria dos cidadãos não manifesta preferências partidárias e seu padrão de voto, especialmente para cargos importantes do Executivo, não é determinado pela predileção por organizações partidárias” (Mainwaring e Scully, 1994: 54).

Assim, a literatura comparada sobre estabilidade de sistemas partidários na América Latina era expressão de um sentimento mais geral, a saber, a especificidade desta região quando comparada ao mundo desenvolvido. Nestes, altos índices de volatilidade seriam um dos indícios da perda de centralidade das clivagens e, de modo geral, mudanças na essência da representação política; nas novas democracias, eles indicariam que a democracia representativa teria problemas de funcionamento.

A literatura nacional sobre partidos políticos é, em grande medida, caudatária dos termos do debate assim colocados. A volatilidade eleitoral, em particular, é tida como uma *proxy* do nível de institucionalização do sistema partidário brasileiro, e este, por sua vez, tem relação direta com o funcionamento do regime democrático. O debate passou a ser travado então entre aqueles que defendem que o caso brasileiro apresenta altos índices de volatilidade eleitoral, revelando baixa institucionalização partidária (Kinzo, 2007; Mainwaring e Zocco, 2007; Carreirão, 2014), e aqueles que consideram que os índices estão declinando e/ou não são elevados em comparação com outros países, o que apontaria para uma estruturação do quadro partidário (Braga, 2010; Bohn e Paiva, 2009)<sup>8</sup>.

Em síntese, o debate tradicional sobre volatilidade está ancorado numa preocupação mais geral acerca do funcionamento da democracia. O conceito de volatilidade, tal como formulado até aqui, tem claros pressupostos sobre o comportamento dos eleitores e sobre comportamento dos partidos, mas que geralmente não são explicitados na literatura. Na próxima seção, abordarei as teorias do comportamento eleitoral a fim de argumentar que a visão tradicional tem pressupostos parciais e controversos. A partir de teorias inspiradas nos modelos de escolha racional, elaborarei uma proposta analítica alternativa.

## **2. Teorias do comportamento eleitoral e estratégia partidária**

A literatura tradicional de volatilidade eleitoral e sua aplicação para países de democracia recente tem pressupostos comportamentais ancorados nos modelos de comportamento eleitoral e de partidos políticos. É de se notar a ausência na literatura de considerações sobre ponto. Conforme veremos nesta seção, esse conjunto de literatura apresenta uma visão parcial sobre o

---

<sup>8</sup> Cabe notar que muito da divergência é fruto do período temporal considerado na análise e/ou do critério avaliativo sobre o quanto o caso brasileiro destoa de um conjunto de países ou mesmo, implicitamente, de um patamar considerado “ideal”.

eleitor fortemente embasada nas teorias sociológica e psicossociológica. Ao final, procurarei argumentar que ganhos analíticos para a compreensão do fenômeno da flutuação eleitoral podem advir da incorporação de elementos da escola da escolha racional.

Numa obra clássica da escola sociológica do comportamento eleitoral, *The People's Choice*, escrito por Lazarsfeld, Berselson e Gaudet, podemos encontrar o lugar do eleitor flutuante para essa teoria. Essa obra estabeleceu a ideia de que predisposições sociais dos indivíduos já direcionam suas preferências políticas, previamente às contingências de cada campanha eleitoral. Por meio de processos históricos, agrupamentos sociais conectam-se a determinados partidos e/ou correntes políticas, a ponto de constranger as preferências políticas de seus membros atuais e socializar as dos futuros. A passagem clássica dos autores é "a person thinks, politically, as he is, socially. Social characteristics determines political preference" (Lazarsfeld et al, 1948: 27).

Dessa forma, os cidadãos voláteis são vistos como aqueles que não apresentam vínculos fortes com comunidades sociais. São marginalizados socialmente, pode-se dizer. Lazarsfeld et al (1948) ressaltam ainda que o "modelo ideal de cidadão" de certas concepções da democracia representativa, a saber, o indivíduo bem informado, crítico, racional, que a todo momento sopesa os argumentos e escolhe as melhores opções, não se encontra nos eleitores inconstantes: "the notion that the people who switch parties during the campaign are mainly the reasoned, thoughtful, conscientious people who were convinced by the issues of the election is just plain wrong" (Lazarsfeld et al, 1948: 63). Os eleitores constantes, ao contrário, "were reported to be more self-assured, better informed, more cooperative, and broader in their interest" (Lazarsfeld et al, 1948: 70).

Assim, o conceito de clivagens sociais de Lipset e Rokkan (1990, [1967]), apresentado acima, expressa um tipo de ligação partido-eleitor considerada ideal pelo modelo sociológico, ao moldar um tipo de relação partido-eleitor por meio de relações e laços de natureza razoavelmente perene.

A corrente psicossociológica do comportamento eleitoral, também chamada escola de Michigan, ressalta a importância analítica da apreensão, compreensão e avaliação dos indivíduos sobre o mundo político. Uma obra marca seu período inicial, nos anos 60: *The American Voter*, escrito por Campbell, Converse, Miller, e Stokes. Os autores afirmam que macro-fatores como classe social, religião, raça e as variáveis institucionais, como sistema partidário e sistema eleitoral, influenciariam indiretamente a decisão do voto. Todos passam por uma espécie de filtro cognitivo do indivíduo, onde na ponta se encontra o sistema de crenças de cada eleitor.

O conceito-chave que sintetiza as influências psicológicas sobre a política é a Identificação Partidária (IP). A inscrição da IP nos indivíduos, por meio do processo de socialização, consiste numa adesão atitudinal aos partidos políticos. A funcionalidade do sistema democrático moderno residiria então não no indivíduo racionalmente engajado na política, mas na criação de vínculos de identidade entre partidos e cidadãos. Além disso, a IP configura ainda "an important factor in assuring the stability of the party system" (Campbell et al. 1980: 121). Esse fator de estabilidade do sistema partidário é fruto da estabilidade mesma da IP. A orientação recebida no período de socialização implica que a ligação psicológica entre indivíduos e partidos assuma "great stability

between elections” (Idem: *Ibidem*). Um sistema político consolidado, que perfaz uma situação na qual a maioria de seus cidadãos possua IP, resultaria em pequena flutuação no resultado eleitoral de eleição para eleição.

Falando mais detidamente do eleitor volátil, a caracterização que a escola de Michigan faz deste tipo de comportamento é pejorativa, crítica. Quando falam do eleitor que se diz independente, e que também é o que mais muda seu voto, Campbell et al. (1980: 143) afirmam que “the ideal of the independent citizen, attentive to politics, (...) who weighs the rival appeals of a campaign and reaches a judgment that is unswayed by partisan prejudice” não é encontrado em suas pesquisas. Antes, “they have somewhat poorer knowledge of the issues, their image of the candidates is fainter”.

Empiricamente, como afirma Figueiredo (1991: 39) “é a variável educação que comanda a relação entre classe e identidade partidária devido a sua importância na formação dos níveis de conceitualização da política”. O nível educacional, diretamente ligado com a capacidade cognitiva, é o fator mais importante a explicar o desenvolvimento de IP. Portanto, os indivíduos de *menor* educação tendem, de acordo com essa teoria, a apresentar *menor* IP e *maior* volatilidade eleitoral. Do ponto de vista do governo democrático, a existência de muitos eleitores voláteis e de pouca ou sem IP (os dois termos são praticamente sinônimos) é vista como uma dificuldade para seu bom funcionamento.

A despeito de suas diferenças, ambas teorias do comportamento eleitoral têm visões analíticas semelhantes sobre o eleitor volátil. Na teoria sociológica, a explicação para esse fenômeno é a perda de força das clivagens e/ou o aumento das pressões cruzadas sofridas pelos indivíduos; na teoria psicossociológica, os voláteis são eleitores não socializados politicamente e/ou aqueles cujos sistemas de crenças são desorganizados. Nos dois casos, a flutuação do voto é um fenômeno prejudicial à prática democrática.

A literatura de volatilidade eleitoral, tanto a tradição a partir de Lipset e Rokkan (1990), quanto a de origem a partir dos trabalhos de Mainwaring é caudatária ou pressupõe, no nível do comportamento individual, as visões das teorias sociológicas e psicossociológicas do comportamento eleitoral.

Da mesma forma, esse arcabouço analítico também supõe um modelo específico de partido político, a saber, partidos de massa (Duverger, 1987) ou partidos estruturados (Sartori, 1982). Essa abordagem privilegia a dimensão da representação dos partidos e sua ligação com grupos ou clivagens da sociedade.

No entanto, teorias oriundas na escolha racional levantam elementos que permitem outra visão sobre o eleitor volátil e sobre a atuação dos partidos. De um lado, debates internos na literatura sobre “política distributiva” trazem subsídios que permitem conferir racionalidade ao comportamento volátil. De outro, modelos de entrada estratégica ou coordenação pré-eleitoral ressaltam a importância da racionalidade das decisões partidárias nas flutuações da oferta eleitoral.

Essas teorias partem do modelo espacial de Downs (1999), elaborando-o e modificando-o. A teoria da “política distributiva” altera a equação da decisão do voto por parte do eleitor, enquanto modelos de coordenação pré-eleitoral atacam o pressuposto de que o número de partidos competidores é fixo e exógeno à competição. Cabe ressaltar que o uso que faço dessas teorias é deveras específico e delimitado, justificando sua ligeira exposição abaixo<sup>9</sup>.

Os modelos de “política distributiva” acrescentam à equação do eleitor a distribuição de políticas públicas por parte dos partidos, além da dimensão ideológica original downsiana. Assim, eleitores agiriam tanto com base em suas preferências partidárias quanto tendo em vista as políticas ofertadas ou prometidas pelos partidos.

O eleitor volátil, nesses modelos, recebe o nome de *swing voter*. Ele é ideologicamente inconsistente, sem adesões partidárias. O eleitor *core*, ao contrário, é ideologicamente próximo ou identificado a algum partido. Uma das principais discussões no âmbito dessa literatura trata-se do debate sobre qual seria a estratégia ótima a ser adotada por partidos desejosos de ganharem a eleição: prioridade de investimentos de políticas públicas no *swing voter* ou no seu *core voter*?

Dentre outros autores, Stokes (2005) defende a primeira opção. A autora afirma que a ameaça de defecção, de não votar no partido de preferência, dos eleitores *core* não é crível: por serem ideologicamente identificados com o partido em questão, seu comportamento eleitoral não seria pautado por benefícios de curto prazo alocados. Assim, os partidos não deveriam desperdiçar recursos com seus eleitores partidários.

Nesse mundo, pode-se dizer que os eleitores estáveis é que seriam irracionais: manteriam sua preferência partidária a despeito de serem preteridos na distribuição de recurso. Assim, enquanto a literatura tradicional de volatilidade parte do princípio de que o funcionamento apropriado de um regime democrático exige baixos níveis de volatilidade, os modelos de política distributiva apresentam argumentos no sentido de que o eleitor constante pode ser guiado por fatores não racionais. Dito de outra forma, um comportamento volátil pode ser uma estratégia desejável do ponto de vista do eleitorado<sup>10</sup>.

Em contraponto ao argumento de Stokes (2005), Cox (2010) ressalta a dimensão da entrada estratégica dos partidos. O autor defende que o foco na distribuição de políticas públicas no *core voter* torna-se a estratégia ótima se considerarmos que a oferta de partidos competidores não é fixa, mas antes endógena à competição eleitoral. Essa é a premissa da qual partem os modelos conhecidos como “entrada estratégica”, ou, nas palavras de Cox (1997), coordenação pré-eleitoral, elaborados também a partir da matriz da teoria da escolha racional.

O ponto que interessa a este trabalho é chamar atenção para o fato de que o quadro de escolha oferecido ao eleitor não é constante no tempo. Partidos políticos atuam como instrumento de expressão de demandas da sociedade, mas o fazem dentro de uma situação

---

<sup>9</sup> Para uma revisão sobre modelos de política distributiva, consultar Golden e Min (2013). Para modelos de entrada ou coordenação pré-eleitoral, consultar Cox (1997).

<sup>10</sup> Cabe notar que ponto semelhante foi defendido no debate brasileiro, de maneira pioneira, por Souza (1972), em análise sobre a eleição presidencial de 1960

estratégica que os leva, muitas vezes, a abrir mão de candidaturas. Expectativas sobre o grau de apoio futuro e/ou possibilidade da eleição de adversários estão entre os fatores que as legendas avaliam no momento de registro de seus candidatos. Logo, alterações na oferta partidária não seriam, necessariamente, expressão da fragilidade dos partidos ou do sistema partidário, mas podem também ser compreendidas como estratégias racionais.

Esse ponto analítico pode ser encontrado também em outras abordagens. Mair (1997), que formula suas análises em debate com a perspectiva das clivagens e não calcada na teoria da escolha racional, ressalta a importância da estratégia partidária para compreender a mudança eleitoral. Além disso, ao revisitar a própria literatura sobre volatilidade, Peres (2005: 94) ressalta a importância da entrada dos partidos na compreensão da dinâmica da volatilidade. Przeworski (1975: 65-5), em debate com Huntington, afirma que:

“changes of voting distribution did not occur because new individuals entered the electorate, nor because old voters “decided” to shift their preferences, but because the manner in which they could vote and the conditions under which they did vote were altered independently of their will (...) Distributions of votes reflect strategies of party leaderships (...)”.

Em suma, nem a mudança de voto do eleitor, nem a alteração da oferta partidária podem ser tomadas como expressão de irracionalidade ou disfunção da lógica representativa. Tendo em vista esta discussão teórica, na próxima seção apresento a metodologia, os dados e a hipótese.

### 3. Metodologia, estrutura dos dados e hipóteses

Como dito, a discussão da volatilidade utiliza empiricamente o indicador elaborado por Pedersen (1979). Sua fórmula é:

$$VT = \frac{\sum |P_{it2} - P_{it1}|}{2}$$

Onde VT: Volatilidade total;  $P_{it2}$ : porcentagem de votos do partido  $i$  em  $t2$  e  $P_{it1}$ : porcentagem de votos do partido  $i$  no  $t1$ . O algoritmo consiste na mudança líquida da força eleitoral dos partidos em dois pontos do tempo.

Como argumentam Powell e Tucker (2014), o índice de Pedersen conjuga em um indicador dois componentes diferenciáveis: um que abarca movimentação entre legendas constantes e outro que diz respeito a partidos que participam apenas de um dos dois pleitos utilizados no cálculo do índice.

Utilizando a proposta metodológica dos autores, a estratégia adotada aqui será a comparação entre o indicador tradicional de Pedersen e a medida que considera apenas os partidos constantes entre um par de eleições. Para fins heurísticos, chamo essa medida de volatilidade contrafactual, pois seria a flutuação observada caso o quadro partidário permanecesse constante. Evidentemente, a oferta de candidaturas depende das expectativas dos partidos quanto ao comportamento dos eleitores, mas essa separação analítica pode trazer ganhos interessantes. O ponto a ser ressaltado é o de que os eleitores têm seu comportamento restrito pela oferta de candidaturas, que formata o espaço político da competição.

A fórmula dessa medida é semelhante à anterior, mas aplica-se apenas às legendas que disputam ambas as eleições:

$$VC = \frac{\sum |P_{cit2} - P_{cit1}|}{2}$$

Onde, VC: Volatilidade contrafactual;  $P_{cit2}$ : porcentagem de votos do partido constante  $i$  em  $t2$  e  $P_{cit1}$ : porcentagem de votos do partido constante  $i$  no  $t1$ . Em ambos os tipos de volatilidade, são utilizadas as votações dos partidos individuais, desconsiderando votos brancos e nulos.

Como dito anteriormente, as análises sobre a volatilidade eleitoral no Brasil e América Latina se pautam quase que exclusivamente em análises das disputas legislativas, ressoando o debate tal como ele surge na literatura europeia. No entanto, em um sistema presidencialista, a estrutura de incentivos gerada pelas instituições políticas confere prioridade às disputas para o Executivo, tanto aos partidos e candidatos, quanto aos eleitores. Logo, se a intenção é verificar em que medida os partidos políticos estão institucionalizados, em que grau existe um alinhamento com o eleitorado etc., pode-se afirmar que o objeto analítico privilegiado devem ser os cargos para presidente, governador e prefeito.

Não se trata de desconsiderar a importância política e analítica das disputas legislativas. O ponto que quero levantar é: a preocupação teórica central que está por trás do debate da volatilidade eleitoral, qual seja, relação partido-eleitor, representação política, institucionalização partidária e democrática, encontra, no Brasil, uma aplicação empírica mais acurada nas disputas para executivo. Pesquisas futuras podem aclarar a relação entre as disputas executivas e legislativas.

A unidade de análise são as disputas no primeiro turno para governador no Estado de São Paulo, de prefeito da capital e os resultados do pleito presidencial no Estado. O recorte temporal coberto vai de 1982 a 2014, cobrindo seis pares de eleições presidenciais, oito para governador e sete para prefeito, abarcando, portanto, um extenso período de funcionamento do atual período democrático brasileiro.

Os índices de volatilidade total e volatilidade contrafactual são mensurados em três níveis de agregação diferentes: o estado de São Paulo (no caso das eleições de presidente e governador), a cidade de São Paulo (no caso das eleições para prefeito) e as seções eleitorais -

urnas – (para os três cargos). Devido à disponibilidade dos dados, a análise do último nível é possível apenas a partir de 1994.

A inovação do cálculo da volatilidade ao nível das urnas permite estratificar o indicador por meio de uma informação socioeconômica do eleitorado: o nível de escolaridade, obtido pelas informações constantes no Cadastro Eleitoral do TSE. Trata-se de um banco de dados com informações sobre o eleitorado fornecidas pelo cidadão no momento do alistamento eleitoral ou de transferência de seu local de votação. Neste trabalho, utilizo as versões de 2006 (a mais antiga disponível), 2012 e 2014, conforme os pares de eleição.

O Cadastro Eleitoral apresenta as seguintes categorias educacionais: “analfabeto”, “lê e escreve”, “fundamental incompleto”, “fundamental completo”, “ensino médio incompleto”, “ensino médio completo”, “ensino superior incompleto” e “ensino superior completo”. O procedimento adotado nesta pesquisa consistiu na atribuição de valores crescentes a cada categoria (1- “Analfabeto”, 2- “Lê e Escreve” até 8- “Ensino Superior Completo”), soma do valor de escolaridade de todos os eleitores em cada urna e posterior divisão pelo total de eleitores aptos a votar em cada seção. Assim, tem-se a escolaridade média de cada seção.

Para minimizar o problema da arbitrariedade da atribuição de valores às categorias educacionais, a análise da volatilidade ao nível das urnas é feita por quartis educacionais. Para cada par de eleições, elenquei todas as urnas em ordem crescente, da *menor para a maior educação*, e dividi em quartis. Logo, o primeiro quartil constitui-se nas 25% urnas com menor educação; o segundo quartil, nas 25% seguintes, e assim sucessivamente.

Alguns esclarecimentos são importantes. Em primeiro lugar, os dados educacionais do Cadastro de Eleitores são desatualizados, pois apresentam o nível de escolaridade do eleitor no momento de sua inscrição ou transferência do título eleitoral. No entanto, para acarretar problemas de mensuração empírica, um viés teria que ocorrer de modo a alterar a ordenação das seções pelos quartis. Estou assumindo que esse efeito é desprezível. Em segundo lugar, a necessidade de pareamento das urnas entre duas eleições para o cálculo da volatilidade leva, necessariamente, à perda de informações devido à extinção e criação de urnas no passar dos anos<sup>11</sup>. Por fim, é importante sempre lembrar que, mesmo calculadas no nível mais desagregado possível, as associações entre escolaridade e volatilidade no nível das urnas não podem ser extrapoladas diretamente para o comportamento individual dos eleitores.

Dada a discussão teórica realizada acima, a intenção deste artigo é dupla: de um lado, averiguar se a volatilidade está revelando um eleitorado inconstante, volúvel e idiossincrático, ou se, antes, efeitos de estratégias de coordenação dos partidos; de outro, verificar se existe um perfil social específico que caracteriza o comportamento flutuante.

Como veremos, os resultados indicam que a volatilidade eleitoral não revela um quadro instável e caótico, no qual os partidos pouco importariam para a decisão do eleitor. Antes, a dinâmica partidário-eleitoral no longo e no curto prazo revela razoável estabilidade. No longo prazo, a flutuação eleitoral deve ser compreendida como inserida em três contextos diferentes: a

---

<sup>11</sup> O percentual médio de votos mantidos por par de eleição foi de cerca de 85%.

redemocratização dos anos 1980; a remodelagem do quadro partidário provocada pela vitória e decadência do governo Collor; e a bipolaridade nacional construída a partir dos anos 90 entre PT e PSDB.

Os fatores de curto prazo dizem respeito às decisões de entrada dos partidos em cada pleito específico. A análise mostra que essa dimensão é importante para compreender a variação da volatilidade, o que fornece indícios de que esta medida diz menos respeito ao funcionamento geral do regime democrático e mais a uma dinâmica específica da competição eleitoral, de relação estratégica entre partidos e eleitores.

Além disso, no âmbito do perfil social do eleitorado, os dados mostram que não é possível afirmar que existe um comportamento volátil inerente de acordo com graus de escolaridade. Em alguns pares de eleição são nas urnas com maior educação que se verifica maior flutuação de votos, em outros, são as de menor educação. A mudança de voto parece ter mais relação com a dinâmica da competição eleitoral, as características e as forças dos partidos apresentados, do que com características sociais dos eleitores.

#### 4. Análise empírica

##### 4.1. Eleições presidenciais 1989-2014

As eleições presidenciais brasileiras assumiram dois formatos diferentes no período de 1989 a 2014. O primeiro vigorou, na verdade, em uma única eleição, em 1989, e caracterizou-se pela excessiva fragmentação: mais de 20 partidos disputaram votos na primeira disputa direta para presidente desde 1960; o primeiro colocado foi um partido nanico (PRN), com pouco mais de 30% dos votos; e o segundo colocado (PT) atingiu menos de 20%. O segundo formato vigorou no período de 1994 a 2014. Nestes pleitos, as eleições presidenciais brasileiras são caracterizadas pela proeminência de PT e PSDB, seguidos por terceiras forças variáveis.

A tabela 1 apresenta os índices de volatilidade eleitoral de Pedersen para as eleições presidenciais calculadas no nível do Estado de São Paulo:

**Tabela 1** - Volatilidade eleitoral Pedersen - Presidente – Nível do Estado de São Paulo - %

1989-1994	1994-1998	1998-2002	2002-2006	2006-2010	2010-2014	Média
55	14,7	35	34,7	21,5	31,2	32

Número de partidos competidores em cada eleição: 22 (1989) – 7 (1994) – 12 (1998) – 6 (2002) – 7 (2006) – 9 (2010) – 11 (2014)

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais NECI

Dois pontos chamam atenção: (1) o elevado patamar da flutuação entre 89-94, expressando a reorganização do quadro partidário que ocorreu entre esse período; (2) mas também os não baixos índices no período recente, que parecem não corroborar o argumento da estabilidade da bipolaridade da eleição presidencial.

Vamos agora distinguir o quanto da volatilidade se deve à mudança de preferências do eleitor e quanto ela é condicionada pela alteração da oferta partidária. No rodapé da tabela 1 constam informações sobre o número de partidos que disputaram cada pleito. As “entradas” e “saídas” de partidos grandes e médios entre 1989 e 2014 não foi pequena. Dessa forma, o eleitor teve a possibilidade de não se restringir à bipolaridade PT-PSDB, ao mesmo tempo, no entanto, foi impossibilitado muitas vezes de manter sua preferência partidária em dois pontos do tempo seguidos.

Assim, pode-se retirar, do índice de volatilidade apresentado acima, os votos dos partidos que “flutuaram” em cada par de eleições. Trata-se do índice de volatilidade contrafactual, tal como apresentado em seção anterior. Os apoiadores desses partidos entram necessariamente no índice de volatilidade, mas por fatores que escapam a sua discricionariedade: não puderam repetir sua preferência partidária em dois pontos do tempo por decisão partidária de entrada/retirada de candidaturas.

**Tabela 2** - Volatilidade Contrafactual - Presidente - Nível do Estado de São Paulo - %

1989-1994	1994-1998	1998-2002	2002-2006	2006-2010	2010-2014	Média
51	6,3	26,1	17,5	10	18,4	21,5

Número de partidos que se repetem em cada par de eleição: 6 (1989-1994) – 4 (1994-1998) – 4 (1998-2002) – 2 (2002-2006) – 5 (2006-2010) – 9 (2010-2014)

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais NECI

A análise deve seguir a comparação com os resultados da tabela 1: naquela estão os índices formados a partir dos votos em todos os partidos. Na tabela 2, apenas dos partidos que se apresentaram nas duas eleições. Observa-se que principalmente no início da série muitos partidos não participam em duas eleições consecutivas. A diferença nos índices de volatilidade entre as duas tabelas mostra os eleitores que alteraram seu voto em função da mudança na oferta partidária.

A observação do valor médio dos seis pares considerados em ambas as tabelas mostra que o cenário contrafactual reduz em cerca de 33% o índice de volatilidade. Considerando as médias da volatilidade de Pedersen e da volatilidade contrafactual sem o primeiro par, 1989-1994, tem-se que a primeira fica em torno de 27,4%, enquanto a segunda alcança 15,7%. Logo, a flutuação eleitoral necessariamente condicionada pela mudança da oferta partidária atinge 43% do índice médio total entre os pares 1994-1998, 1998-2002, 2002-2006, 2006-2010 e 2010-2014 nos resultados paulistas das eleições presidenciais brasileiras. Mudanças de preferências entre

partidos constantes ocorreram fortemente principalmente em 1989-1994 e também entre 1998-2002. Nos demais pares de pleitos, grande parte da volatilidade é explicada pela movimentação na oferta partidária.

E como a volatilidade se relaciona com o nível de escolaridade das urnas? Na tabela 3, apresento o índice médio de volatilidade de Pedersen, calculado em cada seção, estratificado por quartis de escolaridade em ordem crescente.

**Tabela 3** - Volatilidade eleitoral Pedersen - Presidente – Nível das urnas - Quartis educacionais - %

Ano/Quartil	1994-1998	1998-2002	2002-2006	2006-2010	2010-2014
1 quartil	17,1	34,9	29,2	19,9	30
2 quartil	16,1	35,5	34,2	22,3	33,3
3 quartil	14,4	35,6	38,5	24	35,1
4 quartil	12,2	31,3	40,3	24,8	32,9

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais NECI

Note-se que enquanto em 1994-1998 a flutuação tem queda linear quando se passa das seções de menor para as de maior escolaridade, em 2002-2006 e em 2006-2010, o padrão se inverte: quanto menor a escolaridade, menor é a volatilidade eleitoral. Além disso, nos três últimos pares de eleição analisados o quartil com menor escolaridade é o menos volátil. Logo, não se pode afirmar que eleitores com menor educação são inerentemente mais voláteis.

**Tabela 4** - Volatilidade Contrafactual - Presidente – Nível das urnas - Quartis educacionais - %

Ano/Quartil	1994-1998	1998-2002	2002-2006	2006-2010	2010-2014
1 quartil	7,2	24,6	13,2	11	18
2 quartil	7	25,8	17	11,6	20
3 quartil	6,4	26,9	20,6	12,2	21,3
4 quartil	5	25,2	23,3	11,8	21,7

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais NECI

Os índices de volatilidade contrafactual, ou seja, os valores da flutuação do voto como seriam se as opções partidárias permanecessem constantes, revelam que as diferenças entre os grupos educacionais são aplainadas: os valores por quartis de escolaridade da tabela 4 mostram uma maior homogeneidade na relação entre volatilidade e escolaridade do que a encontrada nos testes com o índice de Pedersen, considerando todas as legendas. Esse dado revela que os partidos que mobilizaram o eleitorado, mas não apresentaram plataforma em dois pleitos seguidos obtiveram inserção educacional específica, seja nos mais educados, seja nos menos. A mudança de voto parece ter mais relação com a dinâmica da competição eleitoral, as características e as forças dos partidos apresentados, do que com características sociais dos eleitores.

#### 4.2. Eleições para governador de São Paulo 1982 - 2014

Os pleitos para governador, de 1982 a 2006, atravessaram três grandes momentos político-partidários da história recente do Brasil: a transição e abertura democrática dos anos 1980, a eleição e queda do presidente Collor, e o período de bipolaridade da disputa nacional entre PT e PSDB, construído nos anos 1990 e vigente até 2014. Assim, esse é um bom caso para verificar o impacto das mudanças nacionais, contextuais e de longo prazo na volatilidade para governador de estado.

Na tabela 5, encontram-se os índices de volatilidade de Pedersen, agregados ao nível estadual:

**Tabela 5** - Volatilidade Eleitoral Pedersen - Governador - Nível do Estado de São Paulo - %

1982- 1986	1986- 1990	1990- 1994	1994- 1998	1998- 2002	2002- 2006	2006- 2010	2010- 2014	Média
15,3	41,3	61,4	40,2	31,4	28	16,6	29,9	33

Número de partidos competidores em cada eleição: 5 (1982) – 5 (1986) – 7 (1990) - 8 (1994) - 10 (1998) – 15 (2002) – 13 (2006) – 6 (2010) – 9 (2014)

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais NECI

A tabela 5 revela dados interessantes. A reorganização do quadro partidário e o período Collor parecem ter impactado fortemente a volatilidade em 1986-1990 e 1990-1994, os pares com valores de Pedersen mais elevados. Isso se reforça levando em consideração o pequeno índice de 1982-1986, no começo da abertura partidária, e a flutuação eleitoral menor nos últimos pares.

No entanto, abaixo veremos que o peso desses fatores de longo prazo incidiram mais sobre a estratégia partidária pontual de entrada e saída da competição que nas preferências expressas dos eleitores.

A tabela 6 apresenta os valores da volatilidade contrafactual, ou seja, as mudanças de voto apenas entre os partidos constantes em cada par considerado:

**Tabela 6** - Volatilidade Contrafactual - Governador - Nível do Estado de São Paulo - %

1982- 1986	1986- 1990	1990- 1994	1994- 1998	1998- 2002	2002- 2006	2006- 2010	2010- 2014	Média
14	22,5	25,6	22,5	19,7	12,6	10,5	13,7	17,6

Número de partidos que se repetem em cada par de eleição: 4 - (1982-1986) – 3 (1986-1990) – 4 (1990-1994) – 7 (1994-1998) – 7 (1998-2002) – 8 (2002-2006) – 5 (2006-2010) – 4 (2010-2014)

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais NECI

Os resultados revelam que quase 50% da volatilidade captada pelo índice de Pedersen é causada *necessariamente* pela alteração da oferta partidária. Essa mesma porcentagem é em média o número de partidos que entram em disputa em dois pleitos consecutivos. Cada par de eleições apresentou sua especificidade: enquanto em 1982-1986 quase toda a flutuação se deu entre os partidos “constantes”, em 1990-1994 e 2010-2014 perto de 60% esteve determinada pelas mudanças no leque de escolhas do eleitor.

Ao levarmos em consideração a contextualização histórico-política, veremos que os índices de volatilidade não se alteraram muito entre os períodos de consolidação democrática no Brasil. Tão importante quanto esses fatores de longo prazo são as decisões estratégicas dos partidos pontuais de cada pleito. Evidentemente, a observação dos resultados eleitorais é suficiente para verificar que os períodos históricos estão associados com quedas e subidas de determinados partidos: por exemplo, a decadência do PMDB no começo dos anos 1990, e a subida do PT nos 2000 e posterior declínio em 2014. Entretanto, o que é importante sublinhar é que o quadro partidário revela uma movimentação do eleitorado razoavelmente constante no tempo, fortemente impactado pelas decisões partidárias.

Para analisar a relação entre escolaridade e flutuação eleitoral, foram utilizados os mesmos procedimentos das disputas para presidente. Abaixo se encontram a tabelas da volatilidade de Pedersen:

**Tabela 7** - Volatilidade eleitoral Pedersen - Governador – Nível das urnas - Quartis educacionais %

Ano/Quartil	1994-1998	1998-2002	2002-2006	2006-2010	2010-2014
1 quartil	39,2	36,4	27,3	16,7	29,7
2 quartil	40,2	34,3	27,2	17,6	30,8
3 quartil	41,5	30,6	30,2	18	31,6
4 quartil	40,3	23	34,2	16,6	28,8

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais NECI

Os dados mostram uma relação entre volatilidade e educação semelhante ao das eleições presidenciais: em alguns pleitos, são as seções com menor escolaridade as que apresentam um indicador maior, em outros, a média da flutuação do voto é maior nos últimos quartis, de maior nível educacional.

A tabela 8 traz os mesmos exercícios, mas com o índice de volatilidade contrafactual:

**Tabela 8** - Volatilidade Contrafactual - Governador – Nível das urnas - Quartis educacionais %

Ano/Quartil	1994-1998	1998-2002	2002-2006	2006-2010	2010-2014
1 quartil	21,9	22,2	12,4	10,4	16,3
2 quartil	22,6	21	12	10,9	15,1
3 quartil	23,2	19	14,5	11,5	14,2
4 quartil	22,3	15,3	18,5	11,5	11,2

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais NECI

A distribuição educacional da volatilidade contrafactual, ou seja, apenas entre os partidos constantes, revela uma diminuição do peso da variação da educação na variação da flutuação eleitoral, reforçando a hipótese defendida neste trabalho.

### 4.3. Eleições para prefeito de São Paulo 1985-2012

Desde a primeira eleição direta para prefeito de São Paulo pós ditadura militar, em 1985, até 2012, cinco partidos diferentes ganharam as oito eleições para a prefeitura de São Paulo, de todos os matizes ideológicos. Essa afirmação parece indicar uma instabilidade eleitoral crônica do

eleitor paulistano. O objetivo aqui é traçar um quadro analítico mais acurado, que permita visualizar até que ponto essa indicação corresponde à realidade ou se, antes, a flutuação do resultado eleitoral para as eleições municipais de São Paulo deve-se mais às mudanças nas opções partidárias definidas pelas elites políticas aos eleitores do que propriamente às oscilações das preferências expressas no voto.

A tabela 9 apresenta o índice de volatilidade de Pedersen para prefeito de São Paulo:

**Tabela 9** - Volatilidade Eleitoral Pedersen - Prefeito - Nível da Cidade de São Paulo %

1985-1988	1988-1992	1992-1996	1996-2000	2000-2004	2004-2008	2008-2012	Média
59,6	17,3	18,4	41,8	30	38,7	45,1	35,8

Número de partidos competidores em cada eleição: 11 (1985) - 14 (1988) - 9 (1992) - 12 (1996) - 15 (2000) - 14 (2004) - 11 (2008) - 12 (2012)

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais NECI

A média da volatilidade para prefeito de São Paulo é ligeiramente acima dos resultados das eleições presidenciais e de governador: 35,8%. Cabe notar o alto índice do primeiro e do último pares, revelando, à primeira vista, uma ausência de estabilidade eleitoral.

A variação no quadro de candidaturas apresentadas foi grande. Fazendo o cálculo da volatilidade contrafactual, cujos valores estão expostos na tabela abaixo, observa-se que quase metade do índice de Pedersen, exposto na tabela 10, se deve à movimentação dos partidos, impossibilitando o eleitor de repetir sua preferência. Cabe notar a importância de se levar em consideração o quadro partidário para entender a volatilidade entre 2008 e 2012: o indicador tem uma queda de 85% no cenário contrafactual.

**Tabela 10** - Volatilidade Contrafactual - Prefeito - Nível da Cidade de São Paulo %

1985-1988	1988-1992	1992-1996	1996-2000	2000-2004	2004-2008	2008-2012	Média
37,7	14	14,6	23,4	21,5	15,1	7,1	19

Número de partidos que se repetem em cada par de eleição: 7 (1985-1988) - 5 (1988-1992) - 4 (1992-1996) - 8 (1996-2000) - 10 (2000-2004) - 6 (2004-2008) - 6 (2008-2012).

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais NECI

A tabela 11 apresenta o índice de volatilidade de Pedersen dentro dos quartis educacionais:

**Tabela 11** - Volatilidade eleitoral - Prefeito – Nível das urnas - Quartis educacionais - %

Ano/quartil	1996-2000	2000-2004	2004-2008	2008-2012
1 quartil	40,5	30,5	30,2	44,9
2 quartil	42,2	30,6	35,5	47,3
3 quartil	42,9	34	42,3	49,3
4 quartil	41,1	32,5	50	51,5

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais NECI

Ao contrário do que supõe a interpretação da volatilidade baseada nas teorias da modernização e desenvolvimento político, a mudança de voto esteve fortemente relacionada a seções de alta escolaridade. Esse mesmo exercício realizado para o cenário contrafactual, ou seja retirando os partidos que não participaram de duas eleições seguidas, revela os mesmos padrões, conforme se vê na tabela 12: as seções de maior educação são as que mais alteraram sua preferência eleitoral entre os partidos constantes.

**Tabela 12** - Volatilidade Contrafactual - Prefeito – Nível das urnas - Quartis educacionais - %

Ano/quartil	1996-2000	2000-2004	2004-2008	2008-2012
1 quartil	18,3	21,6	10,1	8,3
2 quartil	22,2	21,5	13	8,8
3 quartil	25,2	25,2	16,9	9,4
4 quartil	27,8	25,6	21,7	14,8

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais NECI

Para finalizar, o conjunto de análises da volatilidade para os cargos de governador de São Paulo, prefeito da capital e resultados presidenciais no Estado de São Paulo mostra que as seções com menor escolaridade não são indubitavelmente as responsáveis pelas maiores flutuações do voto. Muitas vezes, na verdade, ocorre o oposto. Além disso, grande parte da volatilidade eleitoral é causada por decisões partidárias de entrada e saída do jogo eleitoral.

Poder-se-ia questionar que isso revela propriamente a falta de estabilidade do quadro partidário. Afinal, um sistema consolidado implicaria nas mesmas legendas participando recorrentemente nos pleitos. A discussão teórica levantada acima chama atenção para problemas de coordenação pré-eleitoral enfrentados pelas agremiações partidárias. Em um sistema multipartidário e federativo como o Brasil, esses problemas se multiplicam. Cabe ainda notar que

as eleições de 2002 e 2006 ocorreram sob uma decisão do Poder Judiciário que ficou conhecida como “regra da verticalização das coligações”. Em linhas gerais, essa decisão estabeleceu que as coligações estabelecidas pelos partidos na eleição presidencial deveriam ser respeitadas nas alianças entre as legendas nos demais pleitos. Ou seja, decisões exógenas não apenas ao comportamento dos eleitores, mas também aos partidos, influenciaram a oferta da competição eleitoral, e logo, a volatilidade, neste período.

Logo, não se trata necessariamente de debilidades do quadro partidário, mas antes de decisões estratégicas tomadas em cenário de considerável complexidade. Além disso, como forma de minimizar essa possível objeção, cabe notar que grande parte do impacto na volatilidade causada por comportamentos “inconstantes” da apresentação de candidaturas foi causada por partidos grandes e médios, como o PMDB, PP, PSB e DEM, e não por legendas pequenas ou satélites do sistema partidário brasileiro.

### **Considerações Finais**

O esforço deste artigo busca proporcionar uma nova interpretação para o fenômeno da volatilidade eleitoral no Brasil (focando no caso de São Paulo), e, assim para a avaliação sobre o papel dos partidos políticos no momento eleitoral. Neste sentido, contribui para discussões acerca da institucionalização do sistema partidário, e, de modo geral, para o funcionamento da democracia no Brasil. A tese defendida é a de que o índice de flutuação do voto é fortemente influenciado pelo comportamento dos partidos, ao decidirem sobre o lançamento de candidaturas, e não revela, necessariamente, um comportamento eleitoral desordenado. Além disso, a decisão do voto volátil não tem componentes irracionais e não pode ser atribuída, como parte das teorias de comportamento eleitoral o faz, a eleitores de baixa escolaridade.

Esse argumento é construído tanto teórica quanto empiricamente. Na parte teórica, passou-se por diversas visões sobre o comportamento volátil do eleitor. Na literatura tradicional sobre volatilidade, o eleitor inconstante é causa e consequência de processos de desalinhamento do sistema partidário com as clivagens da sociedade, numa situação de crise do sistema de representação protagonizado pelos partidos. Na perspectiva do desenvolvimento político, notadamente Huntington, o eleitor volátil é típico de contextos políticos não institucionalizados, nos quais o cidadão localizado nas menores posições da estratificação social, principalmente, assumiriam comportamentos radicalizados sem o devido “freio” das instituições políticas. Nas teorias do comportamento eleitoral, observou-se que as abordagens sociológicas e sócio-psicológicas enfatizam o caráter marginal do eleitor inconstante: este não teria laços de pertencimento estáveis com grupos da sociedade ou então teria um sistema de crenças desordenado. Além disso, a abordagem tradicional sobre volatilidade supõe um tipo específico de partido político, desconsiderando dimensões estratégicas de seu comportamento.

Um dos objetivos desse artigo é trazer outro olhar para o eleitor flutuante. Para tanto, mobilizei uma literatura preocupada com estratégias partidárias e competição eleitoral. De um

lado, ressaltei a necessidade de se incorporar os constrangimentos impostos pela mudança na oferta partidária para a decisão de voto do eleitor. Legendas entram e saem da competição eleitoral, muitas vezes impossibilitando que eleitores mantenham seu comportamento estável. De outro lado, levantei argumentos que questionam a própria atribuição de irracionalidade ao eleitor volátil.

Do ponto de vista empírico, os resultados apontam que grande parte da flutuação se deve à alteração do quadro partidário, e não está mais associada a eleitores com maior ou menor educação. Logo, as evidências levantam dúvidas quanto à visão tradicional sobre a volatilidade eleitoral e institucionalização do sistema partidário, inspirada na teoria da modernização. Antes, são mais compatíveis com uma perspectiva de competição eleitoral, no qual partidos e eleitores agem racionalmente, construindo e mobilizando preferências. A hipótese defendida pode levar, então, a novos testes em outros contextos eleitorais, e logo, trazer novas compreensões ao comportamento eleitoral e à dinâmica do sistema partidário no Brasil.

### Referências Bibliográficas

Archer, Monize e Vasquez, Vitor (2019) "Institucionalização do sistema partidário: mesmas dimensões, outras interpretações". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 34, n. 100.

Bartolini, Stefano e Mair, Peter. (1990) *Identity, competition, and electoral availability*. Cambridge University Press, Cambridge.

Braga, Maria do Socorro Souza (2010) "Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, p. 43-72.

Bohn, Simone R.; Paiva, Denise (2009) A volatilidade eleitoral nos estados sistema partidário e democracia no Brasil. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 187-208.

Campbell, Angus; Converse, Philip; Miller, Warren; Stokes, Donald. (1980) *The American Voter*. University of Chicago Press, Chicago.

Carreirão, Yan de Souza (2014) "O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.14, p. 255-295.

Casal Bértoa, Fernando (2017) "[Political Parties or Party Systems? Assessing the 'Myth' of Institutionalization and Democracy](#)" *West European Politics*. 40(2), 402-429

Cortez, Rafael. (2009) *Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro: 1989-2006*. Tese de Doutorado. DCP-USP

Cox, Gary (2010) "Core voter, swing voter and distributive politics" in Shapiro, Ian; Stokes, Susan; Wood, Elisabeth Jean; Kirshner, Alexander (eds.). *Political Representation*. Cambridge University Press, Cambridge.

- Crewe, Ivor (1983) "The electorate: Partisan dealignment ten years on". *West European Politics*, 6:4, 183-215.
- Downs, Anthony. (1999) *Uma teoria econômica da democracia*. Edusp, São Paulo.
- Durveger, Maurice (1987). *Os partidos políticos*. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro.
- Figueiredo, Marcus. (1991) *A decisão do voto: Democracia e Racionalidade*. Ed. Sumaré/Anpocs, São Paulo.
- Figueiredo e Limongi (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Ed. FGV.
- Gerring, John (2004) "What Is a Case Study and What Is It Good for?". *The American Political Science Review*, Vol. 98, No. 2
- Golden, Miriam e Min, Brian (2013) "Distributive politics around the world". *Annual Review of Political Science*, vol. 16: 73-99
- Huntington, Samuel (1975) *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, Ed. Forense, Rio de Janeiro.
- Kinzo, Maria D'Alva. (2007) "Os partidos no eleitorado: percepções políticas e laços partidários" In Kinzo, Maria D'Alva e Braga, Maria do Socorro (orgs.) *Eleitores e representação partidária no Brasil*. Ed. Humanitas, São Paulo.
- Lane, Jan-Erik e Ersson, Svante. (1997) "Parties and Voters: what creates the ties?" *Scandinavian Political Studies*, vol. 20, n. 2.
- Lavareda, Antonio (1991). *A democracia nas urnas*. Rio Fundo Editora, Rio de Janeiro.
- Lazarsfeld, Paul; Berelson, Bernard; Gaudet, Hazel (1948) *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*. Columbia University Press, New York.
- Limongi, Fernando. (2002) "Debate Institucional e democracia no Brasil: O problema do sistema partidário" in Perissinotto, Renato e Fuks, Mario. *Democracia: Teoria e Prática*. Ed. Relume-Dumará, Rio de Janeiro.
- Lipset e Rokkan (1990) "Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments" in Mair, Peter (org.) *The West European Party System*. Oxford University Press, Oxford.
- Luna, Juan Pablo e Altman, David (2011) "Uprooted but stable: Chilean Parties and the concept of party system institutionalization". *Latin America Politics and Society*, vol. 53, issue 2.
- Mainwaring, Scott (1999) *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The case of Brazil*. Stanford University Press.
- Mainwaring, Scott e Scully, Timothy. (1994) "A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina". *Dados*, vol. 37, n.1, p. 43-79.
- Mainwaring, Scott e Torcal, Mariano. (2006) "Party system institutionalization and party system theory after the third wave of democratization". In: Katz, R. e Crotty, W. (ed.) *Handbook of party politics*. SAGE Publications

Mainwaring, Scott e Zoco, Edurne. (2007) "Political sequences and the stabilization of interparty competition: electoral volatility in old new democracies", *Party Politics*, v. 13, n.2.

Mair, Peter (1997) *Party System Change*. Oxford University Press.

Melo, Carlos Ranulfo (2010) "Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 13-41.

Pedersen, Morgens (1979) "The dynamics of European party systems: changing patterns of electoral volatility" *European Journal of Political Research*, 7 (1 979) 1-26

Peres, Paulo. (2005) "O problema da instabilidade eleitoral na Europa: uma análise do debate teórico, empírico e metodológico", *BIB*, nº 60, São Paulo.

Peres, Paulo; Ricci, Paolo; Rennó, Lúcio (2011). "Variação da Volatilidade Eleitoral no Brasil: Um Teste das Explicações Políticas, Econômicas e Sociais". *Latin American Research Review*, vol. 46, n.3.

Peres, Paulo (2013) "Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição? Uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral" *Opinião Pública*, vol.19 no.1.

Powell, Eleanor Neff e Tucker, Joshua. (2014) Revisiting Electoral Volatility in Post-Communist Countries: New Data, New Results and New Approaches. *British Journal of Political Science*, vol. 44, issue 01

Przeworski, Adam (1975) "Institutionalization of Voting Patterns, or is Mobilization the Source of Decay?" *The American Political Science Review*, Vol. 69, No. 1

Rose, Richard e Urwin, D. (1990) "Persistence and Change in Western Party Systems since 1945" in Mair, Peter (org.). *The West European Party System*. Oxford, Oxford University Press.

Samuels, David e Shugart, Matthew (2016) *Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior*. Cambridge: Cambridge University Press

Sartori, Giovanni. (1968) "Political development and political engineering" in Montgomery, J.D. e Hirschman, A. O. (orgs.). *Public Policy*, vol. 17, p. 261-298. Mass. Harvard University Press, Cambridge.

Sartori, Giovanni (1986) "The influence of electoral systems: faulty laws or faulty methods? In: Gofman, Bernard e Lijphart, Arendt. *Electoral laws and their political consequences*. New York: Aghaton Press.

Sartori, Giovanni (1982). *Partidos e Sistemas Partidários*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro.

Simoni Jr, Sergio e Magalhães, Rafael (2018) "A falácia distrital nos estudos eleitorais". Paper apresentado no VIII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP.

- Souza, Amaury (1972) "Determinismo social, racionalidade e o voto flutuante em 1960". *Dados*, vol. 9, p. 135-45.
- Stokes, Susan. (2005) "Perverse accountability: a formal model of machine politics with evidence from Argentina". *American Political Science Review*, vol.99, n. 3, p. 315-25.
- Taagepera e Grofman (2003) "Mapping the Indices of Seats-Votes Disproportionality and Inter-Election Volatility". *Party Politics*, vol. 9, nº 6, p. 659-677.
- Tarouco, Gabriela (2010) "Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006)". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, p. 169-186.
- Tavits, Margit. (2005) "The development of stable party support: electoral dynamics in post-communist Europe". *American Journal of Political Science*, vol. 49, n. 2, p. 283-98.
- Tavits, Margit (2008). "On the Linkage between Electoral Volatility and Party System Instability in Central and Eastern Europe" " *European Journal of Political Research* 47(5): 537-555.
- Zucco, Cesar (2015) "[Estabilidad Sin Raices: La Institucionalización del Sistema de Partidos Brasileño](#)" In Mariano Torcal (org.) *Sistemas de partidos en América Latina. Causas y consecuencias de su equilibrio inestable*, Ch. 3, Anthropos.